

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CRISTIANO PINHEIRO DE PAULA COUTO

***REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA:***  
**A SUPREMACIA DO INTELECTUAL ENGAJADO OU O IMPÉRIO DA HISTÓRIA**

Florianópolis

2004

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lucia de Barros Camargo, para obtenção do grau de Bacharel em História.

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO**

História em revista  
A revista como objeto

### **HUMOR E POLÍTICA**

#### **A REVISTA E SEU TEMPO**

A torre de batalha  
Nação versus antinação  
O ISEB  
As revisões críticas

#### **HISTÓRIA, CRÍTICA E PENSAMENTO ACORRENTADO**

As peias do discurso  
A querela da Revolução Brasileira  
As vanguardas malditas

#### **REALISMO VIGOROSO**

Realismo e marxismo  
A marcha da História e o tempo estilhaçado  
Arte verdadeira versus Arte apócrifa

#### **O INTELLECTUAL E AS CORRENTES DA HISTÓRIA**

"O homem monstro"  
Poetas ungidos e poetas expurgados  
Sob o signo da História

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **BIBLIOGRAFIA**

## INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, gostaria de reservar algumas palavras ao esclarecimento do tema sobre o qual pretendo lançar algumas questões. O objeto de minha investigação é a *Revista Civilização Brasileira*, publicada pela Editora Civilização Brasileira, do editor Ênio Silveira, que exerceu profunda influência no campo das esquerdas durante os quatro primeiros anos da ditadura militar no Brasil, saindo compulsoriamente de circulação em 1968, em decorrência da escalada do autoritarismo e da arbitrariedade da censura. Não se pode restringir, contudo, às esquerdas a influência da revista. Seus textos tiveram uma ressonância grande em todo o campo do pensamento brasileiro. A revista foi um dos principais pólos aglutinadores da intelectualidade brasileira após o golpe de 1º de abril de 1964. O escopo desta investigação não é, contudo, traçar um perfil laudatório no qual predomine uma desenvolta apologia desse periódico; este juízo de valor, na plenitude do sentido moral, já está devidamente assentado na memória de toda uma geração de intelectuais brasileiros que estiveram envolvidos com a oposição àquele regime e que conheceram a atuação de Ênio Silveira naquela conjuntura política. Interessa-me antes adentrar em algumas fímbrias e estratos subterrâneos da *Revista Civilização Brasileira*, para fazer uma análise pontual de determinadas questões do âmbito da cultura, suscitadas pelas reflexões de seus colaboradores.

É importante ressaltar que este estudo está vinculado ao projeto integrado *Poéticas contemporâneas: histórias e caminhos*, do NELIC (Núcleo de Estudos Literários e Culturais), do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela professora Maria Lucia de Barros Camargo. Este projeto, que surgiu em 1996, tem como um de seus objetivos fundamentais a pesquisa em torno da formação e da desconstrução dos cânones na literatura e na cultura brasileira a partir da década de sessenta, sendo os periódicos o seu instrumento principal de investigação.

A análise dos dados egressos do meu trabalho de pesquisa junto a este projeto, que é a segunda etapa de um processo que teve seu primeiro momento na indexação da revista, cotejada com uma bibliografia de base, constitui o enquadramento metodológico deste estudo.

### **I - História em revista**

O estudo de periódicos tem recebido o afluxo de pesquisadores interessados em conhecer a repercussão de questões que circularam na época de suas publicações. Como objeto de pesquisa, os periódicos são instrumentos de intensa vitalidade, porquanto canalizam estas questões para suas páginas de forma arrebatadora. Em torno de si convergem idéias de grupos que se reuniram por uma comunhão de caráter.

Estudar os periódicos é uma oportunidade ímpar de conhecer, através de seus programas, ora explícitos, ora subliminares, como esses grupos, unidos em uma comunidade de interesses, confrontavam as questões de seu tempo, agindo para sustentar ou para reformular convenções. Além disso, o mapeamento desse tipo de produção pode permitir a elaboração de uma história do pensamento, acompanhando as transformações no campo da literatura, da cultura, das idéias e a mobilidade de valores (a formação e a demolição de valores do cânone político e cultural). Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Maria Lucia de Barros Camargo, que evocam Raymond Williams:

(...) as revistas e suplementos literários e culturais constituem, sem dúvida, importante espaço de circulação de discursos que nos permitem ler/escrever não apenas uma história da literatura, mas também uma história da cultura, das idéias, da mobilidade de valores e de critérios críticos e estéticos.[1]

A despeito de tudo isso, conforme Tânia Regina de Luca aponta ao comentar seu estudo sobre a primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925), os historiadores vêm descurando esse tipo de pesquisa:

Surpreendentemente, o periódico não tem merecido atenção dos historiadores, a despeito da imprensa ter se tornado uma das fontes mais mobilizadas pelos especialistas do período. De fato, nota-se uma tendência da historiografia para desprezar as revistas literárias e de cultura que, até o presente, têm atraído quase que exclusivamente os especialistas da área de Letras.[2]

## II - A revista como objeto

Como fonte de pesquisa científica, os periódicos trazem um problema metodológico. Talvez não apenas um único problema, mas diversos. Furto-me de indicá-los todos. Porém, é importante sinalizar para o que, com freqüência, deixa o pesquisador de revistas e jornais com dificuldades para delimitar um objeto dentro de uma gama tão grande de possibilidades. Trata-se do problema de direcionamento, já que à primeira vista os temas se apresentam dispersos e diluídos. Para deslindar o intrincado de questões, é fundamental perceber os elos e rachaduras nos substratos e as mensagens que estão sotopostas aos discursos e, ao mesmo tempo, não ignorar as relações do periódico com a totalidade histórica. Chartier rompe o obstáculo quando propõe a homogeneização dos elementos deste *corpus*, dando uma relativa unidade aos discursos, que, no final, acabam convergindo para um ponto. De acordo com ele, "se pensarmos em artigos de revistas e de jornais, o sentido está contaminado, por assim dizer, por outros artigos publicados no mesmo número e, de imediato, se pode perceber o projeto intelectual e político da publicação." [3] Portanto, o mapeamento completo do periódico, para propósitos de estudo, fica à mercê do objetivo do pesquisador. Porém, cumpre assinalar que minha intenção, neste estudo, é examinar os treze primeiros números da revista. Este corte não se deu ao acaso ou por uma contingência qualquer, mas está justificado por um desvio na linha do pensamento da revista, conforme assevera Carlos Guilherme Mota:

Fruto de uma era populista, modificou paulatinamente sua orientação até seu fechamento, em 1968, por volta do A. I. – 5. Nesse sentido, podem ser indicados dois momentos básicos na história da revista: um, definido pelos compromissos com as linhas de pensamento (progressista) vigentes no período anterior, cobrindo, *grosso modo*, os anos de 1965 e 1966; o segundo, onde se percebe a emergência de novas linhas de diagnósticos, encaminhando-se para revisões radicais (inclusive criticando-se participantes do primeiro momento), perscrutando novas frentes de reflexão e afirmando um novo instrumental de análise. Cobre esse segundo momento os anos de 1967 e 1968, até o fechamento da revista.[4]

Para a finalidade precípua deste estudo, focarei a atenção, principalmente, em determinados textos da primeira fase da *Revista Civilização Brasileira*, dirigindo-me,

preferencialmente, aos ensaios da seção literária. O que empreendo aqui é um esforço de reflexão articulada entre o tema da crítica literária e a questão do engajamento político do intelectual, em última instância, o derradeiro bafejo da modernidade frente ao balbuciar do novo paradigma da pós-modernidade, que deslocou o papel do intelectual.

A escolha da *Revista Civilização Brasileira*, como objeto de análise, não se deu à revelia. A revista, "marco fundamental na história da cultura e do pensamento progressista no Brasil do século XX", [5] foi um pólo que atraiu forças de uma parte da esquerda brasileira. Sua leitura é uma base sólida para se entrar em contato com a realidade histórico-cultural do país nos anos sessenta. É dentro dessa expectativa que pretendo levar adiante este estudo, ambicionando também a abertura de novas frentes para trabalhos futuros.

Como se sabe, os espaços de atuação de escritores, artistas, jornalistas, professores, historiadores, enfim, dos intelectuais, era bastante cerceado no decênio de sessenta, acentuando-se as restrições na medida em que apareciam os atos institucionais (A.I.) e os atos complementares (A.C.). Atente-se para o grande número de IPMs. É claro que as instituições culturais foram sendo sitiadas e perseguidas de forma paulatina. Ainda em 1965 se permitia o envio de cartas sardônicas ao presidente. É o que atesta a iniciativa de Ênio Silveira. [6] Seguindo o exemplo do escritor americano Norman Mailer, que enviou uma carta semelhante ao Presidente John Kennedy, Ênio Silveira escreve para Castello Branco. Nos primeiros anos que sucederam o golpe, diante da necessidade de dar legitimidade ao regime, o terrorismo cultural dissimulava a violência. Nesse sentido podemos avaliar a dimensão assumida pela *Revista Civilização Brasileira*, que se propôs a esquadrihar assuntos tão avessos aos princípios do regime militar.

A leitura da *Revista Civilização Brasileira* traz à tona a reação dos intelectuais, particularmente daqueles ligados a determinados setores da esquerda, com ênfase na linha identificada com o Partido Comunista Brasileiro, ao avanço do projeto dos militares. Como isso repercutiu no âmbito cultural? Qual a implicação desse dado nas escolhas teóricas dos colaboradores da revista? Sobre essas questões estarei refletindo ao longo desta análise.

---

#### Notas

1 CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. Novos lugares: à guisa de introdução. In: *Boletim de Pesquisa NELIC* nº 05. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997, p. 06.

2 De LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 32.

3 CHARTIER, Roger. Entrevista concedida à Cintia Moscovich do jornal *Zero Hora* (Caderno de Cultura), Porto Alegre, 30 de agosto de 2003, p. 04-05.

4 MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994, p. 205-206.

5 *Ibid.*, p. 205.

6 Ver a série "Epístolas ao Marechal": SILVEIRA, Ênio. Sobre o "Delito de Opinião". In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, ANO I - julho de 1965, p. 03-11 & SILVEIRA, Ênio. Sobre a vara de marmelo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 04, ANO I - setembro de 1965, p. 03-08. Em vista das diversas mudanças ortográficas que ocorreram no Brasil, o leitor de hoje localiza na *Revista Civilização Brasileira* bastantes diferenças com relação às convenções atuais, principalmente no que diz respeito à acentuação. Dei-me a liberdade de fazer as citações, atualizando o texto para os padrões modernos. Desta forma, doravante, todas as citações da revista estarão corrigidas.

## HUMOR E POLÍTICA

O humor rascante de Jaguar, chargista notoriamente anti-regime, enriqueceu as páginas da *Revista Civilização Brasileira*. Com volumes em formato de livro, tendo em torno de trezentas páginas, o periódico trazia artigos pesados. A ironia de Jaguar quebrava a austeridade, mostrando a força do riso nas lutas políticas. O aberrante que o artista colocou na figura grotesca à esquerda é a própria imagem do capitalismo: monstruoso glutão insaciável. E a figura franzina do intelectual, bradando contra a imagem da ditadura, face deformada pelo seu riso escrachado, evoca, brilhantemente, o projeto político da revista.



“O capitalismo”, de Jaguar, s/d. *Revista Civilização Brasileira* nº 15, ANO III – setembro de 1967, p.145.



“A revolta dos intelectuais”, de Jaguar, s/d. *Revista Civilização Brasileira* nº 15, ANO III – setembro de 1967, p.145

## A REVISTA E SEU TEMPO

A História é um processo contínuo de desafio e conseqüente vitória ou derrota, sendo que tanto as vitórias como as derrotas colocam novos desafios à capacidade criadora do homem. (Trecho do editorial do nº 1 da Revista *Civilização Brasileira*, de março de 1965.)

### I - A torre de batalha

Devo afirmar a importância da *Revista Civilização Brasileira* na história brasileira como um periódico que, desde o começo de seu caminho, perseguiu a meta de enfrentar as forças que tomaram o poder ilegitimamente no golpe de 1º de abril de 1964, nunca pretendendo a imparcialidade e, por esse motivo, sendo tão perseguida. Os mandados de segurança impetrados pela revista contra as forças da censura espelham bem este cerco.

Decorrido um ano do golpe de 1º de abril, aparece no Brasil a *Revista Civilização Brasileira*, da Editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, em março de 1965[7]. Em artigo ainda inédito, Maria Lucia de Barros Camargo assim organiza as alternâncias no conselho editorial da revista:

À época de seu lançamento, a revista terá como “diretor responsável” Ênio Silveira e como secretário Roland Corbisier. A partir do nº 5/6, de março de 1966, M. Cavalcanti Proença, crítico, “homem de letras”, assume a direção, tendo o poeta Moacyr Félix como secretário; com o falecimento de Cavalcanti Proença, Moacyr Félix assume a direção a partir do nº 9/10, tendo Dias Gomes como secretário, configuração que se mantém até o nº 21/22 (setembro-dezembro 1968), último a ser publicado. A seção “literatura” é coordenada por Nelson Werneck Sodré, militar reformado, historiador (inclusive da literatura), também um “homem de letras”, essa espécie em extinção, assim como vários outros membros do Conselho da *Revista*. [8]

E Leandro Konder, colaborador importante da revista, ao apresentar um panorama de autores que foram publicados pela Editora Civilização Brasileira, traça o seu perfil e também o da *Revista Civilização Brasileira*:

Em seus livros e em sua revista, a *Civilização Brasileira* lançou – pioneiramente – escritos de Gramsci e Lukács, de Adam Schaff e Henry Lefèvre, de Roger Garaudy e Karel Kosik, de Perry Anderson e Jean Paul Sartre, de Juliet Mitchell e Simone de Beauvoir, de Lucien Goldmann e Isac Deutscher, autores estrangeiros que sem dúvida enriqueceram o quadro de referências de nosso pensamento socialista.

Mas Ênio não promoveu apenas importantes traduções (como a da primeira edição brasileira de “O Capital”, de Marx); ele também difundiu trabalhos significativos de autores nacionais. Lançou, por exemplo, José Guilherme Merquior, Roberto Schwarz, Otávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho. Abriu espaço em sua revista para Glauber Rocha, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Otto Maria Carpeax, Florestan Fernandes, Luciano Martins, Maria Yeda Linhares, Jânio de Freitas, Francisco de Oliveira, Fernando Peixoto, Affonso Romano de Sant’Anna, Antônio Hoauiss, Luiz Carlos Maciel e Francisco Weffort, entre muitos outros. [9]



A revista chegou a ser suspensa duas vezes. Do primeiro número ao derradeiro, em 1968, quando saiu compulsoriamente de circulação face à hipertrofia da política de arbitrariedade defendida pelos corifeus do regime militar, chegando ao zênite nesse mesmo ano através do Ato Institucional nº V, são vinte e dois exemplares[10] e três cadernos especiais. Assim se expressou o editor, quando delimitou os *princípios e propósitos* da revista:

O povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa linha democrática e independente?

Creemos que sim. Creemos, também, que a tarefa, nesta quadra, caberá principalmente aos intelectuais. Em seus variados campos de atuação e de pesquisa, serão eles os que, acima de injunções ou posições partidárias, poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira. (...)

Dentro desses limites amplos e com esses propósitos definidos é que surge a *Revista Civilização Brasileira*. Pretende ser o veículo em que esses estudos e pesquisas da realidade nacional serão divulgados. Quer ser, também, um amplo e dinâmico *forum* de debates. Seus colaboradores permanentes ou ocasionais são pessoas que têm algo de oportuno e de importante a dizer. (...)

No terreno dos estudos políticos, sociológicos, econômicos e culturais, que constituem o campo de sua atuação, buscará sempre amplitude de visão sem perder profundidade de análise. Não se deve inferir dessa atitude, porém, que a revista será ecumênica ao ponto de abranger todas as correntes de pensamento. É preciso deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável ou até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem.[11]

Neste editorial, Ênio Silveira deixa bem claro quais eram os objetivos da revista. Como se vê, o conhecimento aprofundado da realidade nacional como instrumentação teórica para a tomada de posição frente ao momento de crise pelo qual passava o Brasil era, antes de qualquer coisa, a prioridade da revista e de seus colaboradores. Para Ênio Silveira, esse era o aporte fundamental para a superação do estado de entorpecimento que sobreveio com o golpe de 1º de abril. Aspecto importante que está explícito no editorial é o caráter dado ao intelectual como figura indispensável no processo de investigação dos problemas nacionais.

Compondo questões pertinentes à cultura com problemas de ordem política nacional e internacional, bem como se detendo sobre a conjuntura econômica, a revista integra todas as esferas de atuação do homem.

É interessante notar o paradoxo situado por Alfredo Bosi com relação à revista. Bosi aponta ao mesmo tempo para o "complexo de periferia" do intelectual brasileiro, de modo mais geral da *intelligentsia* dos países subdesenvolvidos, e para o sentido pedagógico que ele atribui ao programa da revista, ainda presa ao clamor do nacionalismo desenvolvimentista e ao populismo além de comprometida com o discurso antiburguês:

(...) os ensaios da *Revista Civilização Brasileira* mostram o quanto os escritores, os artistas e boa parte do público brasileiro tende a introjetar antropofagicamente (isto é: acriticamente) os ideais do poder cultural internacional. Fazem-no para alertar o brasileiro culto contra as insídias da dominação. Sua linha é frontalmente anticapitalista e antiburguesa.[12]

## II - Nação versus antinação

Pode-se afirmar que a *Revista Civilização Brasileira*, em seu decurso, esteve entre o arrivismo das Forças Armadas e o recrudescimento da perseguição política perpetrada pelo regime com seu chauvinismo às avessas, manipulado por forças políticas estranhas, capitaneadas pelo afã imperialista dos Estados Unidos, que, depois do delineamento da política internacional no após-guerra, manteve-se preocupado com a manutenção de suas "esferas de influência" no continente latino-americano. Também os soviéticos acachaparam os projetos desviantes da linha ditada por Moscou para seus Estados títeres. Haja vista o que sucedeu em 1968, na "Primavera de Praga", quando os blindados sufocaram a defecção de Dubcek do Pacto de Varsóvia. Diante da importância do significado político deste episódio, Ênio Silveira publica um número especial da *Revista Civilização Brasileira* que, ao lado de artigos de analistas, apresentou os posicionamentos de diferentes partidos comunistas de todo o mundo a respeito dos acontecimentos na Tchecoslováquia. Em seu editorial, Ênio Silveira situa a questão na crise do sistema socialista, egressa dos abalos que emergiram após o XX Congresso do PC da União Soviética e analisa as repercussões dos fatos no cenário mundial:

A intervenção militar da União Soviética e dos outros quatro países do Pacto de Varsóvia surpreendeu o mundo, embora já tivesse sido admitida em tese, *ab initio*, por todos os que vinham acompanhando de perto a evolução na Tchecoslováquia. Esse ato de força provocou uma reativação das forças tradicionalmente interessadas nas guerras, tanto "fria" como "quente"; criou condições propícias para novas ofensivas ideológicas do imperialismo e, ao mesmo tempo, lançou perplexidade e dúvida entre milhões de pessoas que vêem no socialismo a única arma capaz de promover a revolução social exigida pelo mundo de hoje.[13]

O Brasil, após o mapeamento da nova ordem mundial em Yalta e Potsdam (1945), onde as forças da diplomacia dos Estados dominantes do novo quadro geopolítico global estiveram atuando para erigir um *establishment* adequado a uma política internacional favorável a seus interesses, enfileirou-se ao lado dos Estados Unidos, adotando a posição de gendarme das diretrizes políticas do Departamento de Estado norte-americano, seguindo a tradição da diplomacia brasileira desde Paranhos, que abraçou a "Doutrina Monroe".

Sobre estas bases o Brasil construiu uma etapa renovada de seu capitalismo, ancorada na governabilidade pragmática de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que, promovendo a abertura do país ao capital dos grandes trustes estrangeiros, principalmente às poderosas sociedades anônimas dos Estados Unidos, ambicionava dinamizar a economia brasileira. A conjuntura que se assentou surtiu efeito positivo sobre a burguesia, que, desde a Revolução de 30, dirigia a política do Brasil e causou euforia na classe média, que vislumbrava um futuro auspicioso e acreditava no sucesso do novo modelo e nas promessas de prosperidade do panorama econômico emergente.

### III - O ISEB

Importante instituição que deu apoio ao Governo JK foi o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), reunindo em seus quadros oficiais nomes de destaque da intelectualidade brasileira, como Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e outros. O ISEB, criado em meados de 1955, surgiu tendo como função dar legitimidade e “incentivo ao desenvolvimento nacional”.<sup>[14]</sup> A análise de seu *corpus* teórico, feita por Caio Navarro de Toledo<sup>[15]</sup>, revelou o papel central da ideologia nacional-desenvolvimentista no interior da instituição.

A plêiade do ISEB, com a exceção de N. W. Sodré, apregoava que a questão do desenvolvimento nacional, nos moldes em que estava sendo encaminhada, menos do que interesse primário dos grupos dominantes do cenário político-social, era um benefício para toda a *nação*.

Enfrentando vários momentos de dissensões e reformulações internas, o ISEB assumiu posições diversas com relação ao andamento do país. Momento de tensão que caracterizou um desvio nos rumos da instituição foi durante o episódio de lançamento do livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Hélio Jaguaribe. Nele o autor “defendia teses consideradas ‘espúrias’ pelo movimento nacionalista”.<sup>[16]</sup> Segundo Toledo, a negativa repercussão do livro que propalava a privatização de setores básicos da economia levou ao desligamento de seu autor, um dos intelectuais isebianos de primeira-hora:

No processo de seu desligamento, tiveram importante papel as críticas vindas do movimento estudantil. Uma assembléia extraordinária da UNE foi convocada para o exame de seu livro, onde o próprio autor compareceu. O caráter “entreguista” de suas teses foi ali viva e ardorosamente ressaltado. Logo depois, uma reunião do Conselho Curador do ISEB era convocada para debater o assunto.<sup>[17]</sup>

A despeito da representatividade que a fase de “encampação” juscelinista teve na vida do ISEB, a partir dessa crise de identidade a instituição ruma para outras direções, seguindo a tendência que se esboçava em todos os círculos políticos (frente parlamentar nacionalista, confederação de trabalhadores, movimento estudantil etc.) que “pleitearam ‘alterações nas estruturas básicas da sociedade’”. É o momento da luta pelas *Reformas*: agrária, bancária, universitária etc.”<sup>[18]</sup> A estas reivindicações o ISEB esteve aliado, corroborando esta posição o apoio dado ao Presidente João Goulart, disposto a ceder frente à demanda dos movimentos políticos. É bem verdade que nesta ocasião a instituição assumiu uma inclinação para a esquerda, sendo que, da velha safra de isebianos, os remanescentes são N. W. Sodré e Álvaro Vieira Pinto, tendo seus quadros irrigados por líderes do movimento estudantil.<sup>[19]</sup>

Antes de receber, nos primeiros dias de abril de 1964, das forças triunfantes, a alcunha de instituição “subversiva”, quando sua sede foi invadida e depredada, o mesmo acontecendo com a UNE, o ISEB passou a se aproximar da Editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira. O editor, membro do Partido Comunista Brasileiro, publicou nesta ocasião os *Cadernos do Povo Brasileiro*, promovidos pelo ISEB. Esses *Cadernos* eram orientados, principalmente, à classe trabalhadora, discutindo a conjuntura política que antecedeu o golpe de abril. De acordo com Roberto Schwarz, nunca a discussão política foi tão intensa e premente quanto naquela ocasião.<sup>[20]</sup>

Inserida, temporal e espacialmente, em um contexto histórico marcado pelo choque de dois modelos antipodas de sociedade, no qual o Brasil através do golpe

de abril se alinhou ao lado capitaneado pelos Estados Unidos, a *Revista Civilização Brasileira*, representada pela união de intelectuais da esquerda brasileira, não tergiversou à urgência de promover em suas páginas um verdadeiro *forum* de debates, que procurava esmiuçar, zelosamente, os diferentes aspectos da *realidade nacional*, tornando-se, em vista disso, um parâmetro de excelência para o conhecimento do momento político-social que sua publicação abarca. Se comento as vicissitudes do ISEB é porque acredito que, assim como acontece com os periódicos, também a análise de determinadas instituições pode contribuir para o mapeamento do perfil de toda uma época. Ademais é lícito assinalar que existe uma conexão direta entre o ISEB, ou melhor, entre colaboradores do “Instituto” e a *Revista Civilização Brasileira*, haja vista a presença de N. W. Sodré e Roland Corbisier no seu corpo editorial. Em depoimento, Roland Corbisier fala de como surgiu a idéia de elaboração da revista:

A Civilização Brasileira achava-se instalada num prédio antigo, na rua 7 de Setembro. O andar térreo era ocupado por uma imensa livraria e o gabinete do Ênio achava-se no terceiro andar. A livraria tornou-se, na ocasião, o centro de reunião dos cassados e de adversários da ditadura militar. Quase todas as tardes, ali nos encontrávamos, trocando idéias e informações. Lembro-me bem que, nessa oportunidade, sugeri ao Ênio a publicação de uma revista de estudos políticos e sociais e nisso estava junto com o Moacyr Félix, que já a havia lembrado também como bom projeto. A sugestão foi aceita e eu fui o redator-chefe da revista nos dois primeiros números, porque, a partir do terceiro, assumiu essas funções o poeta Moacyr Félix.[21]

Isto ilustra bem que a *Revista Civilização Brasileira* apareceu em um momento da história brasileira no qual a intelectualidade, abalada pela investida férrea dos militares, tentava se reorganizar e se rearticular após a dispersão causada pela investida do novo *establishment* contra as forças políticas progressistas. Esse fato acaba causando grandes implicações na direção dessa recomposição, porque, passada a perplexidade, a esquerda sente a necessidade da autocrítica.

#### **IV - As revisões críticas**

É nesse sentido que Silviano Santiago pensa o programa da revista. Segundo Santiago, “a *Revista Civilização Brasileira* tinha explícito seu programa, orientado para uma crítica ao populismo, uma autocrítica do populismo, ou mesmo uma autocrítica da esquerda até 64 e das possibilidades da esquerda depois de 64”. [22]

Apesar de minha intenção, neste estudo, não estar diretamente apontada para os problemas da política, tendo o enfoque escolhido uma preocupação maior com a questão cultural e com a análise da crítica literária presente na revista, a discussão em torno de temas políticos não pode estar alhures de meu horizonte, permeando, insistentemente, o fio condutor do exame crítico pretendido a partir do recorte adotado. Acredito que assim deverá ser todo o estudo que esteja inserido nesse momento da história brasileira, não podendo, seja qual for seu tema, declinar a importância da política na época.

- 7 Primeiro número da revista, que, em seu editorial, esboça seus objetivos de combate ao obscurantismo da ditadura militar, encarada como circunstância efêmera dentro de uma conjuntura de crise.
- 8 CAMARGO, Maria Lucia de Barros. **Resistência e crítica**: revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. No prelo.
- 9 KONDER, Leandro. Sua Excelência. In: FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira**: arquiteto das liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.408.
- 10 O roteiro da *Revista Civilização Brasileira* compreende doze temas, divididos na seguinte ordem: política nacional, política internacional, problemas sociais e políticos, economia, literatura, problemas culturais e filosóficos, cinema, teatro, história, música, artes plásticas e direito. Esta relação se mantém regular – algumas vezes sendo acrescentados tópicos, outras sendo subtraídos, mas sempre cobrindo estas questões – até o nº 09/10 da revista. A partir daí o quadro é alterado, passando a apresentar no sumário da revista o título dos artigos de maneira direta, sem dividi-los em seções.
- 11 SILVEIRA, Ênio. Princípios e propósitos. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965, p. 03-04.
- 12 BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994, p. XIV.
- 13 SILVEIRA, Ênio. A crise no mundo socialista. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, 1968. Especial sobre a Tchecoslováquia, p. 5-14.
- 14 TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1978, p.185.
- 15 *Idem*.
- 16 *Idem*.
- 17 *Idem*.
- 18 *Ibid.*, p. 189.
- 19 *Idem*.
- 20 Roberto Schwarz *apud* HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 08.
- 21 CORBISIER, Roland *apud* FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira**: arquiteto das liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 422.
- 22 Silvano Santiago no debate “José no Espelho”, (1977, p.08) *apud* DIAS, Simone. **Continuidades efêmeras**: a crise do intelectual legislador e a ascensão do intérprete. Chapecó: Argos, 2001, p. 95.

## HISTÓRIA, CRÍTICA E PENSAMENTO ACORRENTADO

Este capítulo tem como pedra de toque o exame da problemática cultural suscitada pelas discussões no interior da *Revista Civilização Brasileira*, com ênfase na seção literária. Em última análise, o que pretendo no presente momento é registrar nos quadros das atividades da *Revista Civilização Brasileira* a presença de uma avaliação da literatura que deixa transparecer uma concepção da cultura e da arte afinada com a apologia do realismo crítico e refratária ao “imperialismo formalista”.

Na voga deste discurso está um historiador marxista coadunado com a perspectiva do PCB. Foi ele o responsável pela seção de literatura da revista. Enredado durante a década de cinquenta em intensa atividade nas trincheiras do ISEB, Nelson Werneck Sodré produziu uma série de estudos sobre a história e os problemas brasileiros, entre os quais *Formação histórica do Brasil* e, ao lado de outros autores isebianos, a “revisão crítica” – intitulada *História Nova do Brasil* – editada pelo MEC em princípios de 1964.[23] Após a violenta extinção do “Instituto”, Sodré passa a colaborar nos quadros da *Revista Civilização Brasileira*. Adiante farei uma análise das formulações teóricas deste autor.

### I - As peças do discurso

Pois bem, tendo em vista o que diz Chartier a respeito da construção de um projeto intelectual e político dos periódicos, importa desde já estabelecer quais os critérios, sejam teóricos, sejam políticos, que fundamentaram a *Revista Civilização Brasileira*. Um estudo que ambicione refletir sobre a estruturação de uma linhagem da crítica literária e cultural brasileira dentro de uma revista não pode se isentar de devassar os fluxos que convergem para a sua formação, dando-lhe coerência.

É necessário, pois, procurar as correntes que chumbam seu discurso a determinadas linhas de pensamento, isto é, a qual tradição se vincula. Fazer isso é saber em que lugar aquele projeto intelectual e político está radicado. É saber quais as peças que o condicionam. Daí emerge sua identidade cultural.

Nesse contexto, o que se deveria procurar realizar é uma investigação que possa lançar mão, simultaneamente, de pelo menos três ordens de variáveis: a) a natureza das influências ideológicas sobre o caráter teórico-político da revista; b) a natureza dos principais temas que formam seu pensamento, e c) a natureza da filiação filosófica de seus principais colaboradores. Como esquema geral, é possível perceber, no Brasil, uma grande tendência política no interior das esquerdas durante os primeiros anos da ditadura. Assim, segundo Heloísa Buarque de Hollanda, o que se aponta com maior visibilidade nesse debate político é a “necessidade de ‘corrigir’ os possíveis enganos de 64.”[24] Frente à derrocada das forças progressistas e ao avanço das forças conservadoras da reação, a intelectualidade aglutinada na *Revista Civilização Brasileira* procurou responder aos problemas políticos que surgiram com a tomada do poder pelos militares. Esta postura se verifica na análise do quadro político imediatamente posterior ao golpe de 64, esboçada no editorial do primeiro número da revista, no qual são assinaladas as condições e perspectivas da política brasileira: “a necessidade de rever análises, conclusões, conceitos, rumos, métodos, surge como imperativa. Verificamos que conhecemos menos a realidade brasileira do que supúnhamos.”[25]

Jaime Rodrigues Teixeira, num nicho da revista mais aberto ao debate, a seção dedicada ao cinema, comentando aspectos do filme *O Desafio*, de Paulo César Saraceni, ilustra bem este momento de autocritica, que, não obstante o teor destas sentenças, só se radicaliza na segunda fase da revista:

A reflexão sobre o intelectual individualmente integrado num processo revolucionário e sobre a própria classe a que pertence (note-se que emprego a palavra *classe* apenas para efeito de colocação no espaço social), um e outro possuidores de um potencial de ação canalizado em direção a uma *praxis* revolucionária, é já necessária, pois a partir de uma série de erros táticos das esquerdas, de uma deformada visão do fato político capitalizada pela direita como meio de reação político-propagandística, parece sobrevir o caos, a perda ou a falibilidade de certos e determinados valores julgados infalíveis por aqueles que o (*sic*) adotavam e por ele (*sic*) pautavam seu comportamento.[26]

Mas é um intelectual de fora da revista quem vai melhor interiorizar o significado do fracasso da marcha progressista e a devastação de suas ilusões políticas. Este arauto da primeira grande crítica ao pensamento de esquerda brasileiro vai incorporar e manifestar todo o movimento e a dinâmica de inquietação que adveio com o assombro no interior da esquerda mundial, causado pelo ato político de contrição de Krushev em seu famoso relatório, divulgado durante o XX Congresso (1956) do PC da União Soviética. Envolvido com a reflexão em torno dos problemas políticos e culturais suscitados pelo decalque aleatório de modelos teóricos estrangeiros que vinham, com insistência, sendo aplicados mecanicamente nas interpretações da realidade brasileira pelo Partido Comunista, este intelectual procura questionar o pensamento dominante da esquerda.

## II - A querela da Revolução Brasileira

*A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, publicado em 1966, causou grande celeuma. No livro, o historiador e economista marxista trata de lançar farpas contra as análises apriorísticas dos problemas brasileiros, sugeridas pela tradição do PCB que, desde sua fundação, nos anos vinte, sob os ecos da Internacional Comunista, estivera sempre pautado nas linhas traçadas por Moscou. Não obstante o tão proclamado antipartidarismo da revista, o livro de Caio Prado Júnior, em função das críticas severas às condutas das esquerdas no Brasil, principalmente às teses do PC e às suas leituras equivocadas da realidade brasileira, é desmontado em vários ensaios da primeira fase da revista[27], só cabendo ao autor espaço para uma réplica no número quatorze, quando Caio Prado volta à carga com relação às críticas de Assis Tavares, no artigo "Adendo à Revolução Brasileira".[28]

Há quem faça outro juízo desta questão. Michel Zaidan, na sua apresentação ao livro *Construindo o PCB (1922-1924)*, coletânea de artigos de Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB, afirma que "é ilusória a tese de que o PCB, em seus primeiros anos de vida, teve os passos determinados pelas resoluções da Internacional Comunista."[29] Neste sentido, pensando então na natureza das influências político-ideológicas que estiveram atuando no contexto histórico em que a *Revista Civilização Brasileira* circulou, não há como negar um apelo dessas influências no caráter teórico-político da revista. Existiu, concretamente, uma candente discussão e dela nenhum membro da intelectualidade brasileira pôde se omitir. A tomada de posição a respeito do que devia ser alterado e do que devia ser modificado era cobrada dos intelectuais. Essa discussão aparece na revista no intenso debate em torno da obra do autor paulista. Para Carlos Guilherme Mota, as diatribes dentro da revista produzidas pelo livro revelam a pouca plasticidade da esquerda à reformulação, inclusive em situação de derrota provocada por ineficácia

de diagnósticos.[30] Todavia, contrariando esta colocação de Mota, surgem já na primeira fase alguns textos esparsos que apontam a necessidade de revisão de posições. Em ensaio publicado no sétimo número da revista, preocupado com a necessidade de revisão de diagnósticos, Paulo Francis faz uma autocrítica das esquerdas, condenando sua aliança com o populismo e analisando outros erros políticos que contribuíram para o triunfo do golpe de abril:

Na realidade, entre facções, predominava a discórdia sobre métodos e objetivos, se excetuarmos os bichos-papões do imperialismo & latifúndio & Lacerda, e, assim mesmo, em suas premissas demonológicas, enquanto não se discutia (*sic*) os métodos de combate e o que fazer depois da eventual vitória. O golpe falido de Goulart foi apoiado pela maioria das esquerdas, das cúpulas, bem entendido, pois as bases o imaginavam uma "revolução"; mas as próprias lideranças, na intimidade, esperavam terminar na cadeia em companhia da direita ostensiva, uma vez firmado o novo regime.[31]

Havia, portanto, em trânsito, uma reflexão sobre os paradigmas cristalizados nos antecedentes da crise de abril de 1964 e que constituíam os fundamentos do pensamento das esquerdas antes do golpe, cuja massa de compactação era uma determinada interpretação do marxismo, centralizada nas diretrizes das teses do PCB.

É oportuno refletir, pensando num conjunto de vínculos histórico-filosóficos da revista, na qual domina em primeiro plano o marxismo, a respeito da situação do pensamento marxista à época. Segundo Leandro Konder, não há como tergiversar à identificação do marxismo aos postulados do Partido Comunista:

Em suas expressões mais condensadas, nos centros em que foi difundido mais sistematicamente, o marxismo ficou, em geral, identificado à doutrina utilizada pelo Partido Comunista (apesar dos esforços dos trotskistas, que se empenhavam em resgatar o que consideravam ser o genuíno "marxismo-leninismo" daquilo que caracterizavam como deturpações stalinistas).[32]

Sabendo, então, da filiação dos principais colaboradores da revista ao PCB, não é difícil, a partir dessa premissa significativa, chegar à conclusão de que determinadas orientações no campo da arte prevaleceram no *ethos* da revista. É o caso, por exemplo, do juízo que faz Nelson Werneck Sodré, responsável pela seção de literatura, do papel da crítica de Antonio Candido e de Carlos Nelson Coutinho. Para Sodré, Candido estava obsoleto enquanto Coutinho era o modelo da "nova" crítica. Comentando a referência que Carlos Nelson Coutinho faz a Antonio Candido e Rolando Morel, em um ensaio escrito para a revista sobre Graciliano Ramos, no qual Coutinho condena a acentuação de um pessimismo perpétuo na obra do escritor alagoano, afirmando que aqueles dois críticos "generalizaram este pessimismo a toda a obra do romancista, transformando-o em sua visão do mundo geral"[33], Sodré situa ambos em um nível já esgotado, estabelecendo uma distinção que se funda na "validade" dos instrumentos de análise:

São típicos representantes da crítica velha que, em casos isolados, quando os críticos foram pessoas de talento, encontrou figuras a que ficamos devendo contribuições importantes, mas que, esgotada em seus processos, pouco pode oferecer, particularmente em confronto com a crítica nova, dotada de instrumentos válidos.[34]



Antes de dar início à avaliação crítica das concepções desse historiador, é necessário voltar a atenção, no sentido de buscar as associações necessárias ao melhor entendimento do objetivo deste capítulo, para alguns dos critérios metodológicos aplicados para sustentar aquilo que vimos propondo.

A análise mais detida da base de dados do projeto *Poéticas Contemporâneas*, do Núcleo de Estudos Literários e Culturais (NELIC), ao qual este estudo está vinculado, dá suporte à tese que aqui vimos defendendo, na medida em que a partir dos dados estatísticos levantados através da indexação da *Revista Civilização Brasileira*, é possível sintomatizar algumas tendências da sua estrutura. Em primeiro lugar, depreende-se dos números que o perfil da revista é predominantemente ensaístico. Sendo assim, é legítimo concluir que predomina uma orientação mais analítica na revista. Dentro da classificação ensaística, prevalece a perspectiva política e cultural.[35] Este dado revela o liame estreito entre dois fatores essenciais para o projeto intelectual da *Revista Civilização Brasileira*: a política e a cultura. Dentro da revista, esta relação se dá de forma inextricável. Nesse ponto, percebendo as concepções de Nelson Werneck Sodré sobre a literatura, sobrevém que em seus esquemas e formulações teóricas houve, iniludivelmente, a valorização de uma íntima proximidade entre política e cultura. Ora, partindo dessa situação, e sabendo de antemão da ligação de Sodré à crítica literária lukacsiana, é lícito inferir que o historiador combaterá a literatura brasileira de vanguarda, rechaçando o “imperialismo formalista” e afirmando o realismo crítico.

Para melhor se entender a questão da “supremacia da forma” e da defesa do conteúdo, é válido dar atenção para o que diz Carlos Nelson Coutinho a respeito. Segundo o jovem crítico, toda estética humanista, de Aristóteles a George Lukács, parte do pressuposto de que – nas relações entre a forma e o conteúdo – é o conteúdo que representa o papel preponderante e básico.[36]

Nessa sentença fica evidente, ancorada na tradição, a ênfase no conteúdo, isto é, o acento dado à visão de mundo plasmada na expressão literária. Visto que aquilo que a “nova” crítica marxista da *Revista Civilização Brasileira* mais procura na literatura é o seu poder de formar consciências ou, melhor dito, de desalienar o público, o conteúdo não poderia jamais ter um papel secundário. Experiências formais apenas são aceitas quando inseridas em um pano de fundo contundente. Coutinho esclarece seu ponto de vista:

Não que se negue ao momento formal da obra de arte um caráter igualmente essencial e dinâmico (notadamente na medida em que a forma não é reduzida ao seu aspecto técnico, mas compreendida como *estrutura* que condensa e sintetiza, em um nível de máxima abstração e universalidade, determinadas relações humanas essenciais e historicamente duradouras); mas a forma vem entendida como *expressão* de um conteúdo de idéias, isto é, como síntese artística da visão do mundo que está implícita no tratamento do conteúdo.[37] (grifos no original)

Para este crítico, cujas teses a respeito da literatura analisarei mais adiante, toda a obra literária que rompa com as estruturas do grande humanismo clássico burguês e procure outras representações formais tende a cair no experimentalismo técnico inócuo e no “subjetivismo imediato”, na medida em que não reflete a realidade concreta.

Outro dado que pode trazer uma contribuição para um melhor entendimento da *Revista Civilização Brasileira* é o conjunto de palavras-chave.[38] Elas trazem à tona o núcleo de questões encampadas pela revista. Essas, por sua vez, situam o objetivo de seu projeto intelectual. Este dado constitui, dando seguimento à linha de raciocínio proposta, a segunda variável usada para sistematizar este capítulo. Essa variável diz respeito, pois, à regularidade dos temas e conceitos visitados pela

revista.[39] O Brasil desponta como o tema sobre o qual mais se excursiona. Sua presença se justifica pelo projeto político da revista, cujos *princípios e propósitos* se assentam no par antitético dos conceitos de *nação* e *antinação*, consubstanciados na tensão entre nacionalismo e interesses estrangeiros diretamente associados ao imperialismo. Logo, a afirmação renitente da *nação* representa a resistência ao avanço das forças caudatárias do imperialismo. Junto ao Brasil, outros temas sobre os quais se fala de maneira articulada é a ditadura, a política nacional e internacional, a economia, o capitalismo, o marxismo, a sociedade e a censura.

Por outra parte, a relação de autores mais citados[40] permite o embasamento de conclusões acerca das influências filosóficas do pensamento dos colaboradores da revista. Marx domina o traçado da linha da revista. Como já foi dito, o marxismo é seu fio condutor e sua referência mais importante. No seu rastro vem Sartre. Não se deve, contudo, unicamente ao pensamento sartriano a presença do filósofo francês na revista. Sua assiduidade está fundamentada em maior proporção pelo papel político que vinha exercendo no cenário internacional, no âmbito de uma diplomacia independente, na qual o filósofo tira todas as setas de sua aljava para lançá-las contra a campanha norte-americana no Vietnã. Sua *praxis* é modelo para o intelectual da *Revista Civilização Brasileira*:

O homem total sartriano, "totalmente engajado e totalmente livre. Homem livre, a quem, no entanto, é preciso libertar, ampliando-lhe as possibilidades de escolha. Em certas situações, só se apresenta uma alternativa, em que um dos termos é a morte. É preciso agir para que o homem, em todas as circunstâncias, possa escolher a vida."[41]

### III - As vanguardas malditas

Hegel, Engels e Lênin são, também, referências recorrentes. Todos os três têm algum tipo de relação com o materialismo dialético. Mesmo sabendo que Hegel é contestado por Marx, não é incorrer em erro afirmar que ele está nas bases do materialismo dialético. Isto porque a própria negação do idealismo hegeliano constitui suporte para Marx formular seu pensamento. Mas o nome que mais interessa destacar para corroborar a tese deste capítulo, qual seja, a identificação de um conservadorismo estético na seção de literatura da *Revista Civilização Brasileira*, é o do filósofo húngaro George Lukács. Lukács foi um contraforte da cordilheira da crítica marxista mais ortodoxa. Quando ele opta por Thomas Mann em detrimento de Kafka[42], dá sustentação a Sodré, no momento em que o historiador, no balanço da literatura brasileira de 1964, opta por Carlos Heitor Cony em detrimento de Clarice Lispector, dando fortes espetadas na escritora: "o cerebralismo da sra. Clarice Lispector coloca-a em outro plano (...) sua preocupação reiterada é a criação de um clima, em que nem sempre chega a impressionar."[43] Adiante, ele tenciona ainda mais a comparação:

Carlos Heitor Cony, com "Antes, o Verão", revela acentuado amadurecimento em sua arte ficcionista, desvendando uma camada social de que vem sendo intérprete seguro; no romance, a angústia, a incerteza, a inquietação, os desencontros peculiares às pessoas daquela camada social encontram situações e tipos bem delineados. Não se pode dizer, como a autora, que a "Paixão Segundo G. H.", de Clarice Lispector seja romance, e isto não vem mesmo ao caso: trata-se de mais uma das experiências da romancista na criação de um clima em que todos os compromissos são com a imaginação e só com a imaginação, a ação praticamente não existe, não tem coordenadas de espaço e de tempo, nem se situa nem flui: o que a romancista precisa, com urgência, é mesmo uma análise crítica que a coloque em seus verdadeiros termos.[44]

Depois de usar este tom agressivo contra Clarice Lispector, faz uma crítica irônica a Antonio Candido e J. Aderaldo Castello, atribuindo um sentido negativo à ousadia, ao comentar a obra *Presença da Literatura Brasileira*. Não há como passar despercebido pela distinção que Sodré faz entre critérios definitivos ou válidos e juízos "ousados" ou precipitados:

(...) Antonio Candido e J. Aderaldo Castello ousaram chegar aos nossos dias, introduzir gente viva, em pleno processo de elabora o e sobre a qual os julgamentos estão longe, e muito longe, de se apresentarem como definitivos ou mesmo válidos. A escolha desses autores contemporâneos, portanto, merece as mais severas restri es (...) Tudo isso, no fim de contas, poderia, até certo ponto, exigir que o título da obra mudasse para *Ausência da Literatura Brasileira*, com algum exagero mas muita base na própria forma como o trabalho foi organizado.[45]

Na crítica está explícita a preocupa o com o cânone, mas não se deve descartar a presença de ranço devido a desavenças ideológicas, já que Candido, alinhado aos socialistas, sempre foi avesso ao dogmatismo do PCB. "Candido d  conta dos esforços de alguns intelectuais que se dispunham a aderir aos ideais do socialismo sem deixar-se assimilar, contudo, pela disciplinada a o dos comunistas, comandados pela União Soviética." [46]

Reconhecendo o fato de que existe a influência do pensamento de Lukács sobre Sodré, importa analisar alguns fatores. Em primeiro lugar, o que caracteriza este modo de pensar a literatura é a crença inabalável na união indissolúvel do homem   história. Como corolário, a perspectiva social é extremamente valorizada. Para o filósofo húngaro, o que aparece como o inverso desta liga o do escritor com a realidade, ou seja, com a própria história,   angústia, cuja conseq ncia ideológica será o caos e a persistência da patologia nos vanguardistas.[47] Nesse sentido se pulverizam as determina es sociais do mundo e do homem, estado oposto   idéia de * poca histórica*, sugerida pelo filósofo húngaro.[48] Assim, Lukács vê o niilismo como fator ancilar da perplexidade nos vanguardistas, culminando num sentimento de absoluta descrença no porvir, esta a condi o do homem inerte. Além disso ele combate vigorosamente a idéia de que a patologia seja parte da essência do homem ou uma qualidade ontológica da sua existência. Logo, o libelo célere de Sodré   Clarice Lispector não se d  única e exclusivamente no sentido da crítica pela crítica, mas aparece em plena harmonia com uma linhagem da teoria literária, comprometida com um direcionamento determinado para a arte e para a literatura. Lukács, afiliado a esta tradi o, após defender a arte dirigida para as lutas de seu tempo, censura com um tom bastante ir nico a liberdade diluída para a cria o artística, que o modo de produ o capitalista proporcionou, liberdade para onde aflu ram segmentos da literatura burguesa no século XX:

Em oposi o [  arte dirigida], proclama-se que a arte, a literatura é totalmente aut noma. O que se passa na sociedade não interessa   literatura. Mais ainda: a arte não são é independente das lutas sociais imediatas, dos problemas sociais imediatos, mas não tem mais rela es com os grandes problemas da história. Não prende o artista; nem regra formal, nem lei relativa ao conteúdo. Ele é independente de qualquer moral, verdadeira ou convencional, independente de qualquer pensamento, de qualquer humanidade, de qualquer profundidade. A personalidade do artista – ou mais exatamente: seu humor particular no instante dado da cria o –   o princípio último da arte. O  nico objeto, a única medida da arte é a afirma o livre e total deste humor, adequada por meios voluntariamente superficiais, por meios exclusivamente afetivos.[49]

No segmento seguinte deste estudo, aprofundarei essa questão, vendo como o pensamento lukacsiano penetra nas fímbrias da revista através de outro dos seus colaboradores importantes, o crítico Carlos Nelson Coutinho, que Sodré vê como a “nova” crítica.

Pois bem, tendo em vista o que foi dito acerca do cipoal de influências ideológicas e filosóficas, que num grau elevado de cerceamento de posições, também relacionado ao “patrulhamento ideológico”, afetaram intensamente a linha de pensamento de alguns nichos da *Revista Civilização Brasileira*, como é o caso das posições críticas ortodoxas da seção de literatura, é possível concluir que o realismo crítico como opção surge muito mais coadunado com uma preocupação política do que com qualquer escrúpulo relativo ao conteúdo estético da obra literária e da arte.

---

#### Notas

23 Acerca das vicissitudes em torno da *História Nova*, ver, de SODRÉ, Nelson Werneck: *História da História Nova*. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, ANO I – julho de 1965, p. 27-40.

24 HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 15.

25 Ver a abertura do primeiro número da *Revista Civilização Brasileira*.

26 IANNI, Otávio; TEIXEIRA, Jaime Rodrigues & VIANI, Alex. O desafio do Cinema Novo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 08, ANO I - julho de 1966, p. 234.

27 Ver, por exemplo, os artigos de SILVEIRA, Cid: **Teoria marxista da revolução**, no nº 08, p. 127-146; de MALTA, César: **A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior**, no nº 09/10, p. 75-84; e de TAVARES, Assis: **Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira**, no nº 11/12, p. 48-80.

28 Ver PRADO Jr., Caio. **Adendo à Revolução Brasileira**. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 14, ANO III – julho de 1967, p. 43-73.

29 ZAIDAN, Michel *apud* PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 06.

30 MOTA, *opus cit.*, p. 218.

31 FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 07, ANO I - maio de 1966, p. 80.

32 KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: p. 365.

33 Ver nota de rodapé nº 07 do ensaio de COUTINHO, Carlos Nelson: Uma análise estrutural dos romances de Graciliano Ramos. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I – março de 1966, p. 144.

34 SODRÉ, Nelson Werneck. Momento Literário. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 17, ANO IV – jan./fev. de 1968, p. 195.

35 Segundo as estatísticas fornecidas pela base de dados do projeto “Poéticas Contemporâneas” do NELIC, 14,45% dos textos da *Revista Civilização Brasileira* são ensaios sobre política e 11,21% são ensaios relacionados à cultura.

36 COUTINHO, Carlos Nelson. Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 08, ANO I – julho de 1966, p. 187.

37 *Idem.*

38 Ver a metodologia de catalogação dos textos em anexo.

39 Ver estatística em anexo.

40 *Idem.*

41 PROENÇA, M. Cavalcanti. Poesia Brasileira, 1964. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965, p. 161-176.

42 Ver LUKÁCS, Georg. ¿Franz Kafka o Thomas Mann? In: **Significacion actual del realismo critico**. México: Ediciones Era, 1963, p. 58-112.

43 SODRÉ, Nelson Werneck. Prosa Brasileira em 1964: balanço literário. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965, p. 146-160.

44 *Idem.*

45 *Idem.*

46 Entrevista concedida à revista *Praga* por Antonio Candido, São Paulo, nº 01, 1996.

47 LUKÁCS, *opus cit.*, p. 95.

48 CHAGA, Marco Maschio. **Épocas históricas versus épocas cósmicas**. Universidade Estadual do Paraná – Uni Letras, nº 24, dezembro/2002, p. 227-236.

49 LUKÁCS, George. Arte livre ou arte dirigida? In: *Revista Civilização Brasileira* nº 13, ANO III – maio de 1967, p. 160.

## REALISMO VIGOROSO

Já tratamos de algumas diretrizes que regeram, no âmbito literário, o pensamento marxista no interior dos quadros da *Revista Civilização Brasileira*. Vimos, nas formulações teóricas dominantes na seção literária da revista, a presença de um discurso demonizador das vanguardas literárias em face da apologia do realismo crítico, defendido pelo poder de fogo do crítico húngaro George Lukács.

Partiremos, agora, procurando dar maior clareza à questão do engajamento político do escritor, ponto nuclear desta investigação, à contextualização mais abrangente do problema do realismo no seio da crítica marxista, cuja influência na *Revista Civilização Brasileira* já procuramos definir.

### I - Realismo e marxismo

Mas afinal, o que é o realismo? Esta pergunta não pode ser respondida ligeiramente. A resposta exigiria um espaço muito grande e, não sendo meu objetivo tratar aqui do realismo *tout court*, sabendo também que procuro no momento discutir mais a respeito da relação entre o realismo e o marxismo, não farei esta excursão. O gênero é um coeficiente da literatura de "tendência", por quê? Desde o renascimento, a arte ocidental, depois da conquista da perspectiva e dos avanços dos estudos da anatomia, que estão nas origens do realismo burguês, se debate com o desejo conspícuo da representação da realidade. A presença de um anelo atávico pelo real é um dos grandes dramas da arte ocidental. O peso mordaz de sua influência repousa sobre o imaginário do artista herdeiro desta tradição. Pelo menos até a segunda metade do século XIX não houve uma insurreição capaz de destronar, no mundo da arte, esse apelo abrasador do real. Não tenho, porém, a pretensão de fazer um inventário da evolução da história da arte para enfim deparar com o grande espanto da famosa sentença de Magritte, que causou verdadeiro assombro às velhas convenções. Sua mensagem questionava o problema da imitação da realidade dentro dos padrões dessa tradição.

Apesar de a modernidade ter iniciado sob o ressonar da *Aufklärung*, o século XIX começou com um balbuciar dissonante sob o ultramontanismo da reação no Congresso de Viena (1814-1815). Nessa mesma conjuntura, o prometeico langor dos românticos esquadrihava o mito, a bruma, o etéreo, tentando despertar o bardo gigante de seu sono secular.

Contra a estética romântica, Marx e Engels escreveram libelos mordazes. Para ambos, o arrebatamento taciturno e lunar dos românticos encerrava uma imagem conservadora da história. Eles viam no romantismo reacionário, que exaltava o passado e denegria o presente, a expressão dos interesses de classe da nobreza, abatida e despojada pela Revolução Francesa. Se por um lado Marx e Engels fizeram críticas acerbas ao romantismo, por outro pugnaram a favor do realismo. Se lançaram um labéu contra os românticos, exaltaram os escritores realistas, com os quais mantinham correspondência regular. Na primavera de 1859, Engels escrevia a Ferdinand Lassalle, fazendo um comentário positivo sobre a tragédia histórica *Franz von Sickingen*, que o escritor francês remetera em março daquele mesmo ano a

Marx:

Su Sickingen esta en el buen camino; los principales personajes representan, efectivamente, clases e corrientes determinadas, por consecuencia ideas determinadas de su época, y los móviles de sus actos no son pequeñas pasiones individuales, sino la corriente histórica que los arrastra.[50]

Nesse fragmento já está em germe a aliança que se perpetuou na crítica marxista entre a literatura de “tendência” e o realismo. Daí a justeza do pensamento de Lukács quando assevera que “a formação e o desenvolvimento da literatura são uma parte do processo histórico total da sociedade.”[51] Para o filósofo húngaro, “a essência e o valor estético das obras literárias, e também de sua ação, é uma parte daquele processo geral e unitário pelo qual o homem se apropria do mundo mediante a sua consciência.”[52] Quando Engels divisa a corrente histórica que arrasta os personagens da tragédia de Lassale, ele permite entrever a questão central de seu juízo de valor para uma obra literária. Em uma palavra, o que Engels visualiza como fator realmente enriquecedor na literatura é a sua união inextricável com a história e suas rupturas. É nesse sentido que Lukács pensará, inexoravelmente, em *épocas históricas*. Por esse motivo ele entrará em polêmica capital com Benjamin que, ao analisar Kafka, sugere a perspectiva das *épocas cósmicas*. [53] Por sinal, como já indiquei, Lukács repele Kafka em favor de Thomas Mann, convocando seus leitores a se definirem entre o autor de *O Castelo* ou o autor do *Doutor Fausto*.

Se os princípios da *Revista Civilização Brasileira* rejeitam o sectarismo, isso não me impede de inferir, quando submeto a leitura da revista a um escrutínio mais atento que, independente da presença de diferentes linhas do pensamento marxista em suas colunas, a voz do polêmico filósofo húngaro predominou no cenário da crítica literária apresentada na revista. Basta acompanhar o caminho de alguns ensaios do crítico Carlos Nelson Coutinho para se constatar a supremacia da opção lukacsiana.

## II - A marcha da História e o tempo estilhaçado

Coutinho adere a Lukács e isso está bem explícito em uma de suas análises sobre o pensamento filosófico de seu tempo:

(...) o irracionalismo oscila entre um subjetivismo exacerbado (a afirmação da “experiência vivida” como único método de conhecimento, a concepção da subjetividade como única fonte de valores autênticos, etc.) e um objetivismo positivista e metafísico (a teoria de que certos aspectos históricos da vida humana são eternos e ontológicos, a sensação de impotência em face da realidade, o pessimismo “cósmico”, etc.).[54]

Coutinho enfatiza em sua análise da obra *A Longa Viagem*, do escritor uruguaio Jorge Semprun, cuja descoberta do valor literário é atribuída a Lukács, a necessidade histórica. Assinala ainda o vínculo do escritor com o materialismo histórico:

É o marxismo que inspira a sua concepção objetiva do tempo; aquela intensa fragmentação subjetiva do decurso temporal, dentro da qual seu romance é tecnicamente construído, nos é sempre apresentada apenas como *uma* possível experiência subjetiva do tempo, ocorrida por causa das excepcionais condições do personagem, não como o tempo “metafisicamente” verdadeiro.[55] (grifo original)

Não obstante o caráter pulverizado do tempo que Coutinho visualiza na obra, as circunstâncias históricas precedem as vicissitudes vividas pelo personagem e condicionam a sua experiência subjetiva. Assim, são as determinações histórico-sociais da Europa do pré ao pós-guerra que atravessam o traçado dessa experiência. É nessa medida que o romance do escritor uruguaio é valorizado e afastado da perspectiva da narrativa vanguardista. Coutinho, atento aos preceitos fundamentais da obra literária realista, assinala que a descrença e a fuga perante o império do tempo são alheias à obra de Semprun:

Importa pouco, no caso, que as técnicas usadas por Semprun para reproduzir artisticamente este background histórico sejam inteiramente diversas das do romance realista tradicional; o que importa é que são respeitadas as leis gerais do gênero romanesco, que é recriada a estrutura épica que permite o nascimento de obras realistas, universais e (humanamente) objetivas. Isto lhe possibilita narrar não uma “condição humana” abstrata e eterna, não uma angústia puramente subjetiva e irracional, mas um período determinado e concreto da vida humana e uma angústia igualmente histórica e de raízes sociais. E é nisso que seu notável romance se afasta decisivamente da visão do mundo e das estruturas artísticas da vanguarda.[56]

Para Coutinho, e nisso ecoa a voz dominante da crítica marxista à época, a voz das *épocas históricas*, Semprun declina, peremptoriamente, ao clamor das vanguardas. De acordo com o crítico, “na recusa de estabelecer ‘condições humanas’ a-históricas e em sua concepção objetiva do tempo, reside o fundamento da adesão de Semprun aos princípios do realismo e da grande épica.”[57]

Assim, vê-se no desenrolar das análises de Coutinho na *Revista Civilização Brasileira* a presença de um discurso que procura sinalizar a necessidade de oposição ao “irracionalismo” das novas opções estéticas na literatura, ou seja, o desprezo da tradição do racionalismo europeu, sob o qual surgiram, no pensamento filosófico, o humanismo burguês e, na literatura, o realismo, sua vertente literária, em face da afirmação do humanismo marxista ideologicamente responsável pela narrativa realista:

Esta defesa da humanitas, que opõe Semprun ao irracionalismo niilista da vanguarda, fundamenta a perspectiva concreta aberta pelo seu romance. Por mostrar as forças que se opõem à alienação e por formular uma perspectiva concreta, *A Longa Viagem* atinge as dimensões de um autêntico realismo.[58]

Concluindo o ensaio sobre *Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea*, em uma sentença de verbosidade maniqueísta, dentro do diapasão da “grande arte” e da “verdadeira arte” em oposição à arte abortiva e deletéria, Coutinho explicita, sumariamente, todo o seu código de valores com relação aos autênticos caminhos que a literatura deve trilhar:

A luta entre humanismo e irracionalismo – expressão ideológica das lutas sociais entre progresso e reação, entre democracia e obscurantismo, entre socialismo e capitalismo – determina, assim, a totalidade



dos problemas culturais de nosso tempo. Ela coloca uma alternativa fundamental ao intelectual responsável, alternativa que se concretiza em inúmeras opções concretas: Camus ou Sartre? Heidegger ou Lukács? Joyce ou Thomas Mann? Fellini ou Visconti? Beckett ou Bertolt Brecht? Clarice Lispector ou Graciliano Ramos? Em suma: uma fusão irracional e mistificadora em face dos problemas cruciais de nossa época ou uma luta concreta e efetiva contra a desumanidade e a alienação capitalista?[59]

### III - Arte verdadeira versus Arte apócrifa

Assim, a “verdadeira arte” e o “verdadeiro pensamento” não prescindem dos grandes movimentos da história. A obra de arte para Coutinho é, pois, como um imenso totem monolítico, engastado nas profundezas do solo lavado pelas lutas sociais.

Conquanto as primeiras publicações de Lukács no Brasil ainda fossem recentes, a influência de seu pensamento tem um forte efeito na seção literária da *Revista Civilização Brasileira*. É claro, e é importante se pensar a respeito, que a preponderância do *realismo vigoroso* (Coutinho), sustentado pelo compasso da marcha em defesa da história, além de estar bastante comprometida com uma abordagem histórica estribada nas interpretações simbólicas, que pensavam a literatura, a própria história, a cultura, sempre a partir do conceito de *época histórica*, ou seja, a ponta da lança de Lukács, está também em perfeita coerência com um nicho das barricadas do marxismo sob o qual pairava, onipresente, os tentáculos da teoria marxista mais próxima do materialismo histórico de Marx. [60] Essa não é, porém, uma aproximação ocasional. Considerando a importância de Marx no traçado da revista, a requisição de uma linha teórica isenta de grandes dissensões com relação ao seu pensamento que, menos do que retificar o traço de suas idéias se posicionava no sentido de ratificá-las, é a postura mais adequada ao projeto intelectual da *Revista Civilização Brasileira*, muito condicionado pela necessidade e urgência da intervenção na política. Desta forma, a arte e a literatura têm um compromisso sócio-político incontornável, senão em todos os espaços da revista, na seção de literatura através do juízo de Sodré, Proença, Coutinho e Félix.

Se o escritor de vanguarda está aprisionado na introjeção aguda do *subjetivismo imediato* (Lukács), o escritor engajado pugna pela representação de uma consciência coletiva. Nessa direção, mercê do engajamento, a obra literária, expressão de uma visão de mundo, pode ser condição essencial da ação. Como corolário, seu poder de refletir traços da realidade deve ser capitalizado para desalienar o público. Conforme M. Cavalcanti Proença, em seu mapeamento crítico da poesia brasileira de 1964, a isenção e a letargia são o retrato de uma arte abortiva:

A busca de uma liberdade de criação artística, levada ao extremo do desligamento do mundo externo, resulta em outro engajamento, o da evasão, de alheamento, de erradicação, tudo isso levando artistas de importância e, às vezes, com um belo passado, a encaixar a máscara do tédio, para que não lhes possamos ver as rugas do ressentimento ou as contraturas do medo. E só estes merecem comentário, pois, nem para a história, nem para a literatura, contam os que se mascaram para evitar as definições.[61]

Portanto, mais uma vez, para Proença, que foi figura importante no conselho editorial da revista, a cultura movimenta suas forças no sentido de desagrilhoar as consciências. Imbricada a esse princípio, sua dinâmica, inelutavelmente, não pode estar alheia às correntes da história. E mais, a condição do escritor, do artista, em uma palavra, a função social do intelectual, está apoiada no elo que existe entre pensamento e ação. Sua *praxis* se escora justamente nisto: na capacidade de interiorizar. Ele é testemunha e produto histórico e não está imune às contradições

da sociedade. Para Proença, contudo, essa capacidade de interiorização não pode denotar reclusão, mas antes deve se complementar com a exteriorização:

O artista, em última análise, expressa uma visão de mundo e representa uma consciência coletiva, pois, mercê de sua sensibilidade mais acentuada, é o mais apto não só para recebê-la, como para torná-la inteligível aos outros homens que, através dele, adquirem consciência mais profunda do mundo em que vivem.[62]

Nesse ponto o crítico brasileiro concorda com Sartre. Para o filósofo francês, o intelectual, fruto da sociedade, na medida em que ela o produz, vive envolvido pelo espartilho de uma perpétua inversão: remissão de si ao mundo e remissão do mundo a si.[63] Comprometidos com a defesa dos intelectuais, com o papel que lhes cabe, vislumbram a obra literária a partir da interferência da história. Na relação da obra e do escritor com o tempo está a ligação deste sintagma contraditório – interiorização e exteriorização:

(...) a obra exige, por si mesma, que o escritor se coloque *fora dela*, sobre o plano teórico-prático em que já estão os outros intelectuais: pois ela é, por um lado, restituição – sobre o plano do não-saber – do ser num mundo que nos esmaga e, por outro, afirmação vivida da vida como valor absoluto e exigência de uma liberdade que se dirige a todas as outras.[64] (grifo no original)

Em que pese a insistência na via lukacsiana nas análises dos colaboradores da *Revista Civilização Brasileira*, é preciso considerar que não apenas dentro da revista, mas também no interior do marxismo, a predominância das interpretações simbólicas, ligadas ao conceito de *época histórica*, ou seja, o marxismo-simbólico, foi “o sistema que perdurou de forma hegemônica até meados dos anos sessenta. No Brasil, porém, ele começa a arrefecer mais tarde, esgotando-se no final dos anos setenta e início dos oitenta.”[65] Alguns pontos da revista constatarem estes desencontros na crítica marxista. Em resenha sobre a publicação do texto das atas de um encontro no castelo de Liblice, na Tchecoslováquia, em 1963, onde diversos críticos marxistas estiveram reunidos para discutir a respeito da obra e da personalidade de Kafka, Leandro Konder, comentando as diversas intervenções, muitas vezes antagônicas, acerca do escritor de *A Metamorfose*, aponta para o impasse em que a crítica marxista se encontrava à época, cuja repercussão ainda não havia chegado ao Brasil: “a crítica marxista se vê diante de um ‘conservadorismo’ obviamente inaceitável e de um ‘progressismo’ indesejável porque imaturo, superficial e inconseqüente.”[66] Ao menos na primeira fase da revista esse impasse não se projeta em seus colaboradores. Aparece, contudo, em algumas entrevistas a críticos estrangeiros. [67]

Resta dizer, enfim, que a presença do debate na *Revista Civilização Brasileira* em torno do problema do realismo em contraposição ao romance da “decadência” foi, ao que parece, a expressão histórica tardia do firme enraizamento de certas posições no interior do marxismo identificadas com o pensamento do filósofo húngaro George Lukács, repercutindo, inelutavelmente, em alguns setores da crítica marxista brasileira.

50 Franz von Sickingen y la realidad histórica. F. Engels: Carta a Lassale de 18 de mayo de 1859, en F. Lassale:

Cartas y escritos, t. III, p. 179, Gustav Meyer, Stuttgart, 1922 *Apud* MARX, Carlos & Engels, Frederico. **Sobre la literatura y el Arte**. La Habana: Editora Política, 1965, p. 305.

51 Gyorgy Lukács. II Marxismo e la critica letteraria. Turim, 1953, p. 25 *Apud* SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 05.

52 *Idem*.

53 CHAGA, *opus cit.*, p. 227-236.

54 COUTINHO, *opus cit.*, p. 178.

55 COUTINHO, Carlos Nelson. **Jorge Semprun: "A longa viagem"**. In: *Revista Civilização Brasileira*, ANO I – nº 09 e 10, set./nov. de 1966, p. 166-167.

56 *Ibid.*, p. 164-165.

57 *Ibid.*, p. 167.

58 *Ibid.*, p. 168.

59 COUTINHO, *opus cit.*, julho de 1966, p. 197.

60 CHAGA, *opus cit.*, p. 227-236.

61 PROENÇA, *opus cit.*, p.161-176.

62 *Idem*.

63 SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 34.

64 *Ibid.*, p. 72.

65 CHAGA, *opus cit.*, p. 229.

66 KONDER, Leandro. Franz Kafka da Praga 1963. In *Revista Civilização Brasileira* nº 09/10, ANO I – set./nov. de 1966, p. 314.

67 Ver, por exemplo, entrevista concedida a Guido Araújo por Eduard Goldstücker: Franz Kafka não pertence a nenhum ismo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, ANO I – julho de 1965, p. 149-154 e entrevista concedida a Moacyr Félix por Lumir Civrny e Norbert Fryd: Antiesquematismo: um salto para a frente. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 02, ANO I – maio de 1965, p.211-217.

## O INTELLECTUAL E AS CORRENTES DA HISTÓRIA

*Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz.* (SARTRE, 1994, p. 31)

Caracterizados, no primeiro capítulo, os antecedentes e o contexto histórico no qual a *Revista Civilização Brasileira* atuou e discutida a influência de determinadas linhas teóricas no interior da revista, particularmente na seção voltada à literatura, no segundo e no terceiro capítulos, esse último se detendo com maior ênfase nas discussões suscitadas nos ensaios de Carlos Nelson Coutinho, não se pode prescindir, neste segmento final, de definir o programa da revista para os intelectuais, o que já deixamos entrever ao longo do trabalho, sabendo que esta questão abrange e influencia todos os demais temas que aqui vimos analisando. Em primeira aproximação, o que procuro, neste segmento, é falar sobre o estado de espírito do intelectual da *Revista Civilização Brasileira* diante das coisas de seu tempo.

### I - "O homem monstro"

"Homem monstro", "homem total", figura dilacerada pelas contradições de sua condição, dividida entre o universalismo da ciência que estuda e o particularismo dos interesses da classe que subvenciona suas pesquisas, o intelectual vive esta permanente luta encarniçada em busca da totalidade, essa a sua *raison d'être*. Roland Corbisier esclarece o que se deve entender por totalidade:

A totalidade propriamente humana não é a natureza, mas a história. Transcender o particularismo da ideologia dominante e da situação funcional, e emergir ao plano da consciência, significa tomar consciência da história ou despertar para a consciência política, porque a história e a política se confundem.[68]

Guardião da superestrutura que legitima os substratos materiais das sociedades, num primeiro momento, quando ainda é apenas um técnico do saber, supera a contradição de sua origem, no instante em que toma consciência de si no mundo, passando de objeto a agente da história. Toda esta retórica que ocupou vastos espaços nas discussões em torno da questão do engajamento político do intelectual está presente na atmosfera da *Revista Civilização Brasileira*. Seus dirigentes e colaboradores estiveram intensamente mobilizados pelo apelo da intervenção na realidade política do momento em que atuaram. Com efeito, dedicaram-se tenazmente pela ruptura do estado em que as coisas se encontravam. "Tal é a tarefa histórica dos intelectuais. Se não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, como ensina Lênin, cabe-lhes criar a consciência revolucionária, condição prévia da transformação do mundo." [69]

Já de saída, no primeiro número da revista, em texto de autoria não divulgada,

Carlos Heitor Cony, citado a partir de sua participação no jornal *Correio da Manhã* (23/05/1964), prescreve a direção a ser tomada pelo intelectual responsável:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de ser a *consciência da sociedade*. E se, diante de tantos crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral.[70] (grifo no original)

Deste modo, seja em Cony, seja em qualquer outro dos colaboradores da *Revista Civilização Brasileira*, a evasão frente à gravidade dos grandes problemas humanos da época era considerada traição aos princípios do humanismo e à função social que lhes foi delegada pela condição especial e diferenciada que lhes é imputada, são vistos como a *consciência da sociedade*, devendo assumir em face dos movimentos da história uma atitude revolucionária. Devem, portanto, por meio desta visão sinóptica que têm, negar a negação, isto é, negar o particularismo dos interesses da classe que os formou em seu regaço. Esta necessidade se agrava no caso dos intelectuais da revista, tendo em conta que todos eles são tributários da herança do marxismo. O império da *praxis* condiciona sua relação com a realidade. Nesse sentido, refletindo sobre o filme *O Desafio*, de Paulo César Saraceni, Jaime Rodrigues Teixeira, assim como M. Cavalcanti Proença e Carlos Nelson Coutinho costumam fazer, evoca Sartre[71] como modelo de conduta para o intelectual combativo:

O idealismo, puro e simples, não sobrevive num tempo em que a ação deve antes de tudo visar o estabelecimento de um novo sistema político, social e econômico. A pureza intelectual, o afastamento do mundo pela colocação numa redoma de símbolos abstratos de cultura, vale apenas como dado histórico. A ação política caminha *pari passu* com a luta. Vejamos, como exemplo, Jean Paul Sartre: "Como te aténs a tua pureza, irmãozinho! Como tens medo de sujar as mãos! Pois continua puro! A quem vai servir isso e porque então vens para cá? A pureza é idéia de faquir e de frade. Vocês todos, intelectuais anarquistas burgueses, vocês sempre arranjam pretexto para nada fazer. Nada fazer, ficar imóvel, os braços colados ao corpo, de luvas. Quanto a mim, tenho as mãos sujas, sujas até os cotovelos. Meti-as na merda e no sangue. E daí? Achas que se pode governar inocentemente?"[72]

Dentro deste critério de belicosidade que o intelectual precisa assumir, existe apenas uma alternativa válida. Compulsoriamente, esta escolha deve se pautar sempre em perspectivas concretas, alheias à tradição do modo metafísico de ver o mundo, isto é, ao *contemplativismo*. [73] Durante os primeiros anos que sucederam o golpe de abril, ainda sem um distanciamento suficiente para a compreensão maturada dos problemas políticos do momento, transcorreram muitas discordâncias no interior das esquerdas brasileiras em virtude das acirradas divergências de avaliações e prognósticos com relação à "correta" linha de ação a ser adotada pelos setores progressistas da sociedade. Isto manifesta bem a dificuldade que as esquerdas tiveram naquele período para fazer convergir as diferentes correntes de opinião de seus quadros. As vicissitudes em torno destas querelas já vinham de longe e seu entendimento exigiria um estudo separado. Como já foi mencionado, este fator foi decisivo para o sucesso do golpe. Por um lado, no que diz respeito à variável interna desta questão, as rachaduras são visíveis na leitura da *Revista Civilização Brasileira*, atente-se, por exemplo, à resistência de seus colaboradores em aceitar os critérios sugeridos por Caio Prado Júnior acerca da teoria da *revolução brasileira*. O desgaste político se acentuou e já na primeira meta-

de da década de sessenta o próprio Partido Comunista enfrenta dissidências até ser efetivamente desdobrado. Por outra parte, no âmbito mundial, as discordâncias sino-soviéticas enfraqueceram o movimento socialista internacional. Envolvidos pela flutuação dos prognósticos e carentes de perspectivas concretas, muitos nichos da sociedade brasileira, não alinhados aos conservadores, acabaram se dispersando. Posicionando-se sobre a acertada opção rebelde, Leandro Konder deixa transparecer seu modo de ver a teoria da história:

Quanto mais contraditório se apresenta o desenvolvimento histórico, tanto mais necessária se torna a chama da rebeldia, para que o processo não se estanque, não se deteriore, para que suas contradições não coagulem. O presente não engendra naturalmente o futuro, através de um movimento fatal ou espontâneo: o futuro precisa lutar para nascer, precisa lutar contra o presente, negá-lo com vigor. A rebeldia aparece assim com o sopro vivo que varre o mofo da história e combate a estagnação.<sup>74</sup>

## II - Poetas unguídos e poetas expurgados

Konder, no mesmo artigo, no qual Carlos Guilherme Mota percebe uma mudança de orientação<sup>[75]</sup>, idéia da qual discordo, na medida em que o autor de *Marxismo e Alienação* continua defendendo noções referentes à literatura e ao cinema bastante imbricadas com o que já fora exposto em outros textos da revista, inclusive evocando artigos de Carlos Nelson Coutinho, enfim, mantendo-se coerente com os primeiros propósitos da revista, abre sua posição com relação à rebeldia inócua:

Quando a rebeldia se deixa limitar a uns tantos gestos mais ou menos ociosos e inconseqüentes, quando ela se resume em usar cabelos compridos e roupas extravagantes, quando ela cabe toda em noitadas de boêmia e em desmandos verbais ou atitudes pitorescas, as classes conservadoras podem tolerar os rebeldes e, eventualmente, podem até festejá-los. Quando, porém, a negação da sociedade constituída se aprofunda, quando o rebelde (percebendo as limitações da sua ação individual enquanto indivíduo isolado) se articula com um movimento *social* capaz de promover, na prática, a reestruturação da ordem vigente, então os beneficiários desta ordem mobilizam seus agentes para combatê-lo e, eventualmente, podem até pô-lo na cadeia ou liquidá-lo.<sup>[76]</sup> (grifo no original)

A sentença deixa claro a quem Konder está se referindo quando fala em roupas extravagantes e desmandos verbais: ao movimento da contracultura. Ora, o objetivo maior de Konder em seu artigo é se dirigir à juventude e, de forma pedagógica, é a ela que ele pretende dar instrumentação para que a sua natural propensão à rebeldia não resvale na opção alienada. Konder não se dispõe a pensar a contracultura como movimento construtivo no processo de transformação da sociedade. Nesse sentido, sempre considerando os dois modos de inconformismo, um coerente e o outro neutralizado e diluído, considera o encaminhamento de alguns intelectuais para as malhas do marxismo uma evolução em suas trajetórias, a opção intelectual amadurecida:

Os poetas franceses Paul Eluard e Louis Aragon evoluíram da rebeldia surrealista para posições revolucionárias, marxistas. O filósofo Jean Paul Sartre evoluiu da rebeldia existencialista de *L'Être et le Néant* para o vigoroso esforço de inserção na história da *Critique de la Raison Dialectique*. O maior romancista brasileiro destas últimas cinco décadas – Graciliano Ramos – evoluiu do *naturalismo* limitado do

romance "rebelde" *Caetés* para o energético *realismo* participante de *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas*.<sup>[77]</sup> (grifo no original)

Assim, para este crítico e ensaísta, pensando em termos de artes plásticas, filosofia e literatura, *surrealismo*, *existencialismo* e *naturalismo* estão enquadrados na tendência marginalizada da rebeldia que interessa unicamente à perspectiva conservadora. Se Konder considera algumas trajetórias intelectuais bem típicas de uma opção coerente, não deixa de enumerar, ao mesmo tempo, em tom de exprobração virulenta, um rol de alternativas fracassadas:

Salvador Dali, depois de ter agredido as instituições burguesas, deixou-se transformar em um bem remunerado palhaço da burguesia. André Malraux, de autor de *A Condição Humana*, passou a ser uma peça do aparelho governamental degaulista: já não escreve sobre as aventuras vividas no presente e sim sobre a arte morta do passado. John dos Passos também foi rebelde, outrora, e hoje se acha completamente absorvido pelo capitalismo, prestando serviços disciplinados à propaganda do sistema. Outro rebelde norte-americano, John Steinbeck de *As Vinhas da Ira*, sofreu igual processo de assimilação, com todas as conseqüências emolientes, e escreve agora artigos para justificar o genocídio no Vietname (*sic*).<sup>[78]</sup>

Levando em consideração os pressupostos da posição que o intelectual deve assumir frente aos problemas de seu tempo, que, conforme Konder, não podem "escorregar para uma perspectiva irracionalista"<sup>[79]</sup>, isto é, não podem se afastar da tradição racionalista européia, defendida pelos *philosophes*, precursores do intelectual moderno, que criticaram veementemente o *ancien régime*, resulta que, seja a cooptação, seja a rebeldia marginal, não se enquadram nas vias de atuação pela qual os colaboradores da *Revista Civilização Brasileira* mobilizaram suas forças. Com efeito, há uma consonância bastante forte entre alguns colaboradores da revista, que se baseia na semelhança de referenciais teóricos e no *élan* revolucionário. Cony, Konder e Teixeira exprimem bem esta simetria. Pode-se perfilar a eles os nomes de Nelson Werneck Sodré, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Ênio Silveira e outros intelectuais de primeira-hora do grupo da revista, entre eles, Carlos Nelson Coutinho. Reportando-se a Sartre<sup>[80]</sup> e a Camus, Coutinho confronta a posição de ambos diante das crises que abalaram as estruturas do existencialismo:

O próprio existencialismo francês, não obstante ter sido um vigoroso combatente contra a ocupação nazista, não encontrou em seu arsenal ideológico elementos para forjar uma conseqüente posição antifascista e antiimperialista: que se pense na capitulação de Camus ao colonialismo francês na Argélia. Evidentemente, em muitos casos, tais fatos decorrem sem a plena participação consciente destes intelectuais. Contudo, não existe posição filosófica socialmente "inocente": o intelectual responsável deve estar permanentemente atento aos efeitos sociais e humanos de sua ideologia e de sua arte. É o que Sartre, em sua recente adesão ao humanismo marxista, nos diz de forma tão lúcida (e com evidente caráter de autocritica em relação à sua fase existencialista anterior): "nós somos responsáveis pelos seus crimes (dos *blousons noirs*, dos *hooligans*, etc.), já que não soubemos lhes dar uma lúcida consciência de si mesmos, de sua classe, de suas alienações..."<sup>[81]</sup>

### III – Sob o signo da História

Todas estas premissas envolvendo as responsabilidades do intelectual

permitem que se afirme que seu campo de ação está inserido em uma zona de certezas e verdades[82], na qual não há lugar para relativismos. Evidentemente, a certeza maior é a crença na diligência transformadora do homem frente às circunstâncias históricas. Em nome dessa verdade, o intelectual, *consciência da sociedade*, que é o critério de autoridade do qual costuma estar imbuído, tem a obrigação de emitir juízos éticos e morais. A articulação que faz Zygmunt Bauman, através das metáforas do legislador e do intérprete, para pensar o papel do intelectual na modernidade e na pós-modernidade, é uma das mais vívidas que se pode encontrar nos estudos recentes. Comentando o declínio do legislador, aquele intelectual que assumia o *j'accuse!*, e a ascensão do intérprete, Bauman expõe o desvanecimento de uma época de certezas e o estado de dúvidas dentro do qual os intelectuais submergiram. Conforme o sociólogo, "al irseles de las manos la facultad de emitir un juicio, los intelectuales no pueden sino experimentar el mundo como carentes de valores 'dignos de ese nombre'." [83] Diante disso, conhecendo a condição do intelectual da *Revista Civilização Brasileira*, no que diz respeito à necessidade de intervenção nos problemas de seu tempo, volto à tese inicial, segundo a qual o programa ideológico da revista para seus colaboradores tem como fundamento incontornável o engajamento político. Em entrevista concedida a Ferreira Gullar por Ivan Serpa, o artista plástico dissidente do concretismo fala sobre o significado de sua pintura e sua função. Nas palavras do artista, vê-se claramente a preocupação com um sentido didático para a obra de arte. Quando questionado por Ferreira Gullar sobre a definição da sua pintura, Serpa deixa transparecer a importância atribuída por ele à função comunicativa da pintura:

Não pensei, até aqui, numa definição. Acho que ela representa, de certo modo, o mundo de hoje. Um mundo contraditório em que, ao mesmo tempo, se constroem engenhos diabólicos de destruição e põe-se o homem a flutuar no espaço cósmico. Ao mesmo tempo há milhões morrendo de fome, sem que ninguém se incomode. Conquistas científicas e desprezo pelo semelhante. Numa época dessas, pode o pintor fechar os olhos aos problemas do mundo? Vai ele pintar por pintar? Só vejo dois caminhos para os artistas: ou contribuir para o desenvolvimento técnico, trabalhando na indústria, ou denunciar as contradições, fazer os outros homens pensarem. [84]

Mais adiante, questionado se sua pintura tinha um caráter expressionista, Serpa nega a aproximação, posicionando seu trabalho dentro de uma perspectiva concreta e afirmando a urgência de um pensamento que se contraponha à evasão e que procure prescrever saídas para os problemas de seu tempo:

Não pinto como os expressionistas. Na minha pintura não há temas narrativos. O tema é o homem. Cheguei agora às *grandes cabeças*, que ocupam enormes telas. Pode parecer primário, mas a cabeça é a coisa mais importante do homem, pois ela tem a função de pensar. E, mais do que nunca, o homem precisa pensar, para encontrar a solução dos grandes problemas atuais. [85]

Nesse sentido, pode-se dizer, enfim, percebendo a recorrência do sentido da militância política nos textos de escritores, críticos e artistas, que o estado de espírito do intelectual da *Revista Civilização Brasileira* frente aos impasses de sua época esteve envolvido por uma inquietação brutal em torno da necessidade de resistência contra as violências estagnadoras do desenvolvimento da cultura e da sociedade brasileira. A leitura da primeira fase da revista deixa entrever, contudo, os dilemas que acompanham a esquerda brasileira desde suas origens e os esforços empreendidos por alguns de seus colaboradores para uma autocrítica de posições endurecidas. Igualmente, não se pode deixar de reconhecer que os intelectuais



progressistas reunidos na revista, pensados enquanto legisladores através da metáfora de Bauman, posicionavam-se em defesa da *humanitas* e por ela emitiam seus julgamentos. Por isso, pensar na defesa do intelectual engajado é pensar na preservação da consciência da totalidade histórica e na crença da capacidade do homem de ser o profeta de sua própria história.

---

#### Notas

68 CORBISIER, Roland. **Os intelectuais e a revolução**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980, p. 26.

69 *Ibid.*, p. 78.

70 CONY, Carlos Heitor. A hora dos intelectuais. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965, p. 248.

71 SARTRE, Jean Paul. **Les mains sales**. Paris: Gallimard, 1948; ato V, cena III, diálogo entre Horderer e Hugo.

72 IANNI; TEIXEIRA & VIANI, *opus cit.*, p. 236.

73 KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 15, ANO III – setembro de 1967, p. 140.

74 *Ibid.*, p. 136.

75 MOTA, *opus cit.*, p. 221.

76 KONDER, *opus cit.*, setembro de 1967, p. 136.

77 *Ibid.*, p. 137.

78 *Idem.*

79 *Ibid.*, p. 143.

80 SARTRE, Jean Paul. La Desmilitarización de la Cultura. In: **Mundo Estudantil 16**, nº 09-10, Praga, 1962.

81 COUTINHO, *opus cit.*, julho de 1966, p. 180.

82 BRECHT, Bertolt. Cinco maneiras de dizer a verdade. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I - março de 1966, p. 259-273.

83 BAUMAN, Zigmunt. **Legisladores e intérpretes** – Sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuais. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997, p.178.

84 Ver entrevista concedida a Ferreira Gullar por Ivan Serpa: O artista já não pode fechar-se em si mesmo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 02, ANO I – maio de 1965, p. 261-264.

85 *Idem.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o percurso deste estudo, procurei examinar de forma articulada, dentro do enfoque que estabeleci, três questões: no primeiro momento, a presença de orientações críticas acerca da arte e da literatura, empedernidas por valores estéticos ortodoxos, cuja afinidade eletiva é situada no pensamento do filósofo húngaro George Lukács. Em seguida, busquei desenvolver mais detidamente uma análise da relação entre o realismo e a crítica marxista desde suas origens no século XIX, quando Marx e Engels combatiam o devaneio dos românticos e seu apego ao passado heróico e defendiam a herança do romance realista, nos quais situavam a corrente histórica arrastando seus personagens, sempre “típicos” de uma determinada condição de classe, até os instrumentos da crítica literária presente na revista, principalmente, nas idéias de Carlos Nelson Coutinho, leitor contumaz de Lukács. Finalmente, dirigi-me para a questão que é o mote deste estudo, isto é, ao papel social e político do intelectual dentro do programa da *Revista Civilização Brasileira*.

Como já deixei transparecer, o pensamento marxista presente nos quadros da revista e a necessidade exposta em seus princípios e propósitos de aprofundar conhecimentos acerca dos problemas da realidade brasileira, define um projeto político-ideológico que se direcionou para uma crítica severa apontada para os agentes que dirigiam a política do Brasil e para uma revisão das linhas de conduta da esquerda brasileira. No campo da cultura, essa crítica ficou dirigida para as vanguardas, à medida que, para a crítica literária da revista, a representação da realidade plasmada por seus escritores e artistas era canalizada de forma estéril.

Outro ponto que é importante destacar é a possibilidade que tive de entrar em contato com uma parte da história da Editora Civilização Brasileira, reduto que, por meio da combativa atuação de seu editor, Ênio Silveira, foi um dos maiores esteios da resistência da esquerda na década de sessenta. Em seu discurso de posse como membro titular do *Pen Club* do Brasil, pronunciado em 20 de agosto de 1991, Ênio Silveira lembra o significado da editora durante os anos de chumbo:

Marginalizados e perseguidos, nunca nos submetemos. (...) passamos a lançar mão de todos os artifícios intelectuais para continuar nossa antiga luta em defesa de teses democráticas e progressistas. Curiosamente, os 16 anos entre 1964 e 1980 foram aqueles que testemunharam nossa maior glória, pois o arbítrio e a violência tornaram a editora símbolo e baluarte da resistência cultural e democrática para todo o país.[86]

Ainda no mesmo discurso, o editor evoca a projeção nacional e a repercussão mundial da *Revista Civilização Brasileira*. Nela circularam textos bastante significativos de autores estrangeiros, entre os quais o texto em tom de manifesto escrito por Bertrand Russel[87], uma das figuras mais respeitadas nos meios diplomáticos internacionais, contra a guerra do Vietnã e o texto de Ho Chi Mihn[88], pelo fim dos ataques americanos a seu país. O editor faz também referência à “anistia” da revista, que volta a ser publicada com um nome novo na época da distensão do regime:

Marco refulgente dessa fase foi a edição da *Revista Civilização Brasileira*, que teve curso de maio de 1965 a dezembro de 1968, sendo interrompida com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (...), e

ressurgiu, teimosamente, sob o nome *Encontros com a Civilização Brasileira*, de julho de 1978 a julho de 1980. Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como um padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação, em suas duas fases, constitui um dos maiores galardões de minha carreira e marcará para todo o sempre a presença da editora na história cultural do país.[89]

A pesquisa desenvolvida junto ao projeto integrado *Poéticas Contemporâneas* do NELIC, através da qual entrei em contato com o estudo dos periódicos, foi o marco inicial desta análise que empreendi em torno da *Revista Civilização Brasileira*. A revista foi, ao mesmo tempo, a fonte primária que deu subsídios para o desenvolvimento deste estudo e o próprio objeto que delimitar como ponto de investigação. Assim, a fonte deixa de ser apenas um instrumento para amparar o encaminhamento do exame de um problema e passa a ser o problema em si mesmo. Esta mudança de enquadramento abre novos caminhos para o trabalho dos historiadores, porque o enredamento da fonte com o objeto em uma mesma meada elimina o entre-lugar, a distância inorgânica que existe entre ambos.

---

#### Notas

86 FÉLIX, Moacyr (org.). **Énio Silveira**: arquiteto das liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.77.

87 RUSSEL, Bertrand. Um apelo ao povo norte-americano: Johnson e seus cúmplices devem ser julgados como criminosos de guerra. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 09/10, ANO I – set./nov. de 1966, p.65-74.

88 MIHN, Ho Chi. Ho Chi Mihn pede ajuda dos cientistas para a paz. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I – março de 1966, p. 35-38.

89 FÉLIX, *opus cit.*, p. 77-78.

## BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zigmunt. **Legisladores e intérpretes** – Sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuais. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994.

BRECHT, Bertolt. Cinco maneiras de dizer a verdade. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I – março de 1966.

CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. Novos lugares: à guisa de introdução. In: *Boletim de Pesquisa NELIC* nº 05. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_ **Resistência e crítica:** revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura. No prelo.

CANDIDO, Antonio. Entrevista à revista *Praga*, São Paulo, nº 01, 1996.

CIVRNY, Lumir & FRYD, Norbert. Entrevista concedida a Moacyr Félix: Antiesquematismo: um salto para a frente. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 02, ANO I – maio de 1965.

CONY, Carlos Heitor. A hora dos intelectuais. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965.

COUTINHO, Carlos Nelson. Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 08, ANO I – julho de 1966.

\_\_\_\_\_ Jorge Semprun: "A longa viagem". In: *Revista Civilização Brasileira* nº 09 e 10, ANO I – set./nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ Uma análise estrutural dos romances de Graciliano Ramos. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I – março de 1966.

CHAGA, Marco Maschio. **Épocas históricas versus épocas cósmicas**. Universidade Estadual do Paraná – Uni Letras, nº 24, dezembro/2002.

CHARTIER, Roger. Entrevista concedida à Cíntia Moscovich do jornal *Zero Hora* (Caderno de Cultura), Porto Alegre, 30 de agosto de 2003.

CORBISIER, Roland. **Os intelectuais e a revolução**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980.

De LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIAS, Simone. **Continuidades efêmeras:** a crise do intelectual legislador e a ascensão do intérprete. Chapecó: Argos, 2001.

FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 07, ANO I - maio de 1966.

FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira:** arquiteto das liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GOLDSTÜCKER, Eduard. Entrevista concedida a Guido Araújo: Franz Kafka não pertence a nenhum ismo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, ANO I – julho de 1965.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IANNI, Otávio; TEIXEIRA, Jaime Rodrigues & VIANI, Alex. O desafio do Cinema Novo. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 08, ANO I - julho de 1966.

KONDER, Leandro. **História dos intelectuais nos anos cinquenta**. In: ?, p. 365.

\_\_\_\_\_ Franz Kafka da Praga 1963. In *Revista Civilização Brasileira* nº 09/10, ANO I – set./nov. de 1966.

\_\_\_\_\_ A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: *Revista Civilização Brasileira*, ANO III – nº 15, setembro de 1967.

LUKACS, Georg. **Significacion actual del realismo critico**. México: Ediciones Era, 1963.

\_\_\_\_\_ Arte livre ou arte dirigida? In: *Revista Civilização Brasileira* nº 13, ANO III – maio de 1967.

MALTA, César. A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 09/10, ANO I – set./nov. de 1966.

MARX, Carlos & ENGELS, Frederico. **Sobre la literatura y el Arte**. La Habana: Editora Política, 1965.

MIHN, Ho Chi. Ho Chi Mihn pede ajuda dos cientistas para a paz. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 05/06, ANO I – março de 1966.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PETRAS, James. Os intelectuais em retirada. In: **Ensaio contra a ordem**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 63-108.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_ Adendo à Revolução Brasileira. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 14, ANO III – julho de 1967.

PROENÇA, M. Cavalcanti. Poesia Brasileira, 1964. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965.

RUSSEL, Bertrand. Um apelo ao povo norte-americano: Johnson e seus cúmplices devem ser julgados como criminosos de guerra. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 09/10, ANO I – set./nov. de 1966.

SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

\_\_\_\_\_ **Les mains sales**. Paris: Gallimard, 1948; ato V, cena III, diálogo entre Horderer e Hugo.

\_\_\_\_\_ La Desmilitarización de la Cultura. In: **Mundo Estudantil 16**, nº 09-10, Praga, 1962.

SILVEIRA, Cid. Teoria marxista da revolução. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 08, ANO I – julho de 1966.

SILVEIRA, Ênio. Princípios e propósitos. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965.

\_\_\_\_\_ A crise no mundo socialista. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, 1968. Especial sobre a Tchecoslováquia.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.

\_\_\_\_\_ **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_ Prosa Brasileira em 1964: balanço literário. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 01, ANO I – março de 1965.

\_\_\_\_\_ História da História Nova. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 03, ANO I – julho de 1965.

\_\_\_\_\_ Momento Literário. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 17, ANO IV – jan./fev. de 1968.

TAVARES, Assis. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. In: *Revista Civilização Brasileira* nº 11/12, ANO I – dez. de 1966/ março de 1967.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1978.